

Ambientalistas protestam contra afundamento de navios no Algarve

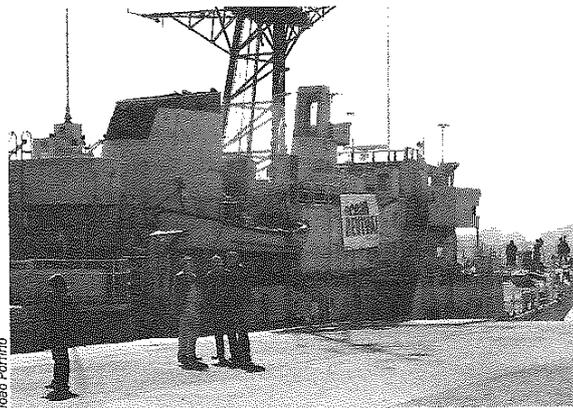
A Liga para a Proteção da Natureza (LPN) está contra o projeto de afundamento de quatro navios de guerra da marinha portuguesa ao largo de Portimão e já pediram explicações ao Governo

Em documento enviado à ministra Assunção Cristas e ao ministro José Aguiar-Branco, a Liga para a Proteção da Natureza (LPN), salienta o impacto ambiental do projeto e as violações da legislação nacional e europeia que o mesmo representa.

"A LPN alerta para a ausência de uma avaliação de impacto ambiental e discussão pública, questionando as justificações dos pontos de vista económico e social", adiantam os ambientalistas, criticando "a opção do Ministério da Defesa Nacional de ceder vasos de guerra a uma autarquia ou empresa privada, para afundamento, quando a única opção aceitável seria o desmantelamento nos estaleiros navais nacionais com reciclagem ou venda dos materiais resultantes, cumprindo com as diretivas, salvaguardando o património natural, promovendo o emprego nos estaleiros e gerando receitas para o Estado".

No parecer enviado aos governantes, a LPN defende que existe um vazio legal quanto ao licenciamento em áreas marinhas e em especial na plataforma continental, que permitiu que o "Ocean Revival" do museu subaquático (Museum sub-mar) avançasse por licenciamento administrativo, sem sujeitar o processo a escrutínio público e científico.

Nesse sentido, a associação ambientalista solicita à ministra que avalie o projeto.



João Purfúrio

"Afundamento de navios viola várias diretivas"

Entretanto, tal como o JA adiantou nas últimas edições, já estão em Portimão dois dos quatro navios a afundar, a corveta Oliveira e Carmo e o navio-patrolha Zambeze, que serão sujeitos a trabalhos de limpeza e descontaminação. O afundamento da primeira embarcação está prevista para o início do verão, a cerca de cinco quilómetros da Prainha, entre Alvor e a Praia da Rocha.

Porém, a LPN está contra o projeto, argumentando que o afundamento de navios para a criação de um parque subaquático para mergulho viola várias diretivas e convenções nacionais e internacionais de defesa do ambiente.

"Ao optar-se por afundar navios, qualquer que seja o propósito, desrespeitam-se os objetivos de gestão de resí-

duos, as ações de prevenção da poluição marinha e a preservação de espécies e habitats marinhos, defendidas por aqueles instrumentos", sustenta a direção nacional da LPN, frisando que todas estas questões põem-se sobre um pano de ausência de enquadramento legal e de discussão pública.

Os ambientalistas referem ainda que "já existem na costa algarvia 12 destroços originais inventariados" que podem ser usados para o efeito. Por outro lado, sublinham, o local onde os navios serão afundados - entre os 20 e 30 metros de profundidade - vai ficar restrito a mergulhadores avançados e com bastante prática neste tipo de mergulho, "contrapondo o objetivo declarado de criar um polo de mergulho que atraísse uma considerável fatia de mergulhadores amadores internacionais".